

ARQUIVOS HISTÓRICOS DA GUINÉ-BISSAU – FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES: UM BALANÇO DE 5 ANOS DE COOPERAÇÃO

VICTOR M. DE HERTIZEL RAMOS

Fundação Mário Soares

victorr@fmsoares.pt

Resumo

Em Junho de 2007, a Fundação Mário Soares (FMS) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) assinaram, em Bissau, um Protocolo de Entendimento que visava, no essencial, criar as bases para a recuperação dos Arquivos Históricos Nacionais (AHN) da República da Guiné-Bissau, integrados no INEP.

Gravemente afetados pelo conflito político-militar de 1998/1999, durante o qual as suas instalações foram ocupadas e vandalizadas por militares senegaleses, os AHN debatiam-se desde então com enormes dificuldades (financeiras, falta de pessoal qualificado, falta de recursos técnicos) que impediam quer as tarefas de reorganização dos fundos documentais afetados durante o conflito, quer o desenvolvimento das competências normais de um Arquivo Histórico Nacional.

Assim, ao longo destes quase cinco anos de cooperação, foi possível, através de repetidas ações de formação em Bissau e de apoio financeiro e material, bem como do desenvolvimento de soluções em Lisboa, garantir, por um lado, uma certa continuidade de ações ao nível dos trabalhos executados pelo AHN localmente, e por outro, a execução de operações técnicas impossíveis de realizar na Guiné-Bissau.

Concretizando:

- Instalação de uma unidade de digitalização local;
- Criação e manutenção do website do INEP (www.inep-bissau.org);
- Tratamento físico e digital das coleções fotográficas dos AHN (cerca de 5000 espécies);
- Digitalização dos fundos documentais da Repartição do Gabinete do Governador e do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, bem como da revista *Soronda* e do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*;
- Realização do simpósio *Guiledje na rota da Independência da Guiné-Bissau*, em colaboração com a ONG AD;
- Realização da conferência internacional *O Património cultural comum dos PALOP: História, perspectivas e desafios da sua preservação e divulgação*;
- Exposições *Raízes* e *O Património não é só Pedra*, com base em documentação recuperada dos AHN;
- Apoio à captação de fundos e elaboração de projetos internacionais de salvaguarda documental e cooperação institucional;

Contudo, e chegados ao momento de fazer um balanço, não podemos deixar de assinalar as principais dificuldades e desafios com que nos deparamos, bem como equacionar se o modelo de cooperação até agora seguido continua sólido.

A instabilidade do país e a falta de fundos próprios do INEP (que há anos não recebe dotação orçamental por parte do Estado guineense) condiciona muitas das suas ações, vindo-se assim forçado a recorrer constantemente a novos projetos para assegurar aquilo que deveria ser o seu funcionamento normal, arriscando assim comprometer-se com objetivos para os quais não está devidamente preparado. Por outro lado, esta falta de verbas tem sido determinante na saída de quadros dos AHN, formados pela FMS, para outras organizações locais onde as perspectivas remuneratórias são melhor asseguradas. Assim, não consideramos ter sido ainda alcançado o desejável objetivo de completa autonomia técnica por parte dos técnicos dos AHN, obrigando-nos, FMS, a um esforço redobrado para colmatar as falhas do pessoal local, que, assinala-se, com grande esforço e dedicação, tem assegurado a manutenção dos AHN como depositário de importante documentação colonial e pós-colonial.

Que soluções, que futuro para esta cooperação? Estas são algumas das questões que pretendemos abordar e discutir na nossa intervenção.

Palavras-chave: INEP, Guiné-Bissau, FMS, arquivos

*

Agosto de 1999. O conflito político-militar que abalou a Guiné-Bissau nos meses anteriores tinha terminado formalmente em Maio desse ano, com a entrega do poder ao então Presidente da Assembleia Nacional Popular, Malam Bacai Sanhá, encarregue de marcar eleições que se vieram efetivamente a realizar no dia 28 de Novembro.

O conflito deixou marcas. No país, na sub-região, e, no que respeita a esta nossa intervenção, nos seus arquivos. As instalações do INEP foram ocupadas e transformadas numa base militar no decurso de cerca de um ano que durou a guerra. Durante esse período de ocupação das suas instalações, o Instituto não só foi alvo de bombardeamentos, mas também de danos provocados pelos próprios elementos do contingente militar em presença. Além do desaparecimento da totalidade dos seus equipamentos, mais de 60% dos acervos documentais da Biblioteca e Arquivo foram afetados total ou parcialmente.

Mas não foram apenas os arquivos do INEP a serem afetados. Um importante núcleo documental pertencente a Amílcar Cabral estava em vias de se perder.

Consciente da gravidade da situação, a Fundação Mário Soares, a pedido das autoridades guineenses, mobilizou meios técnicos, humanos e financeiros que permitiram encontrar soluções rápidas e eficazes para obviar ao desaparecimento de tão significativo património. No dia 11 de Agosto de 1999 foi firmado um Protocolo de Cooperação entre o Governo de Unidade Nacional da República da Guiné-Bissau, o PAIGC e a Fundação Mário Soares e hoje, estes documentos – Documentos Amílcar Cabral – encontram-se completamente tratados e disponíveis à consulta, quer em Lisboa, quer em Cabo Verde. Infelizmente, não se encontram à consulta na própria Guiné-Bissau, apesar de, ao longo dos últimos anos, várias tentativas e contactos com diferentes autoridades tenham sido encetadas.

O *know how* e contactos desenvolvidos por nós desde então certamente contribuíram para que, quase 8 anos depois, em Junho de 2007, a Fundação Mário Soares e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) assinassem, em Bissau, um Protocolo de Entendimento que visava, no essencial, criar as bases para a recuperação dos já referidos Arquivos Históricos Nacionais da República da Guiné-Bissau, integrados no INEP.

Os 4 principais eixos através dos quais a Fundação Mário Soares tem vindo a efetivar o seu apoio, de forma esquemática, são os seguintes:

- Técnico/material: avaliação de necessidades, aquisição, envio e instalação de ferramentas capazes de dotar os AHN de modernos meios arquivísticos necessários à prossecução das suas atribuições formais, bem como os necessários para projetos específicos. Isto inclui desde computadores e scanners até caixas de arquivo, materiais de limpeza, consumíveis diversos, etc.

- Formação *in situ*: deslocação regular de técnicos da Fundação Mário Soares juntos dos AHN para ações de formação contínua, bem como para o acompanhamento/monitorização de projetos em curso. O somatório desta presença concretizou-se, nos últimos 5 anos, em mais de um ano de estadias intercaladas, por vezes de curta duração, por vezes atingindo 4 meses de seguida.
- Apoio aos técnicos locais, sob forma de complemento aos seus salários, no âmbito de projetos em curso. Refira-se que ao longo destes 5 anos, este pagamento praticamente não teve interrupções – o que reflete igualmente o facto de os projetos terem sido praticamente sequenciais, sem interrupções.
- Apoio à elaboração (e efetiva parceria institucional) de estratégias de captação de fundos, designadamente através da elaboração de projetos financiados por organizações internacionais (British Library, União Europeia), bem como apoio à definição de projetos próprios da instituição.

Em termos concretos:

- Instalação de uma unidade de digitalização local, que conta atualmente com três scanners A3 e um A4 com alimentador automático, 7 computadores (incluindo um servidor e dois postos de consulta), com capacidade total de armazenamento de 10tb de informação. Respetiva formação do pessoal dos AHN na correta utilização deste equipamento;
- Digitalização dos fundos documentais da Repartição do Gabinete do Governador (integral, parcialmente disponível online), do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (cerca de metade digitalizado, a curto prazo disponível online), bem como da revista Soronda e do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (disponíveis integralmente online);
- Criação e manutenção do *website* do INEP;
- Tratamento físico e digital das coleções fotográficas dos AHN (cerca de 5000 espécies) – disponíveis online;
- Colaboração na realização do simpósio internacional “Guiledje na rota da Independência da Guiné-Bissau”, em colaboração com a ONG Ação para o Desenvolvimento (AD) – no âmbito da qual se procedeu à recolha de testemunhos orais sobre a Luta de Libertação, bem como à digitalização de importante documentação a esta relativa, ainda em posse dos seus produtores originais; Realização da conferência internacional “O Património cultural comum dos PALOP: História, perspetivas e desafios da sua preservação e divulgação”;
- Exposições “Raízes” (incluindo a produção de um catálogo a esta relativo) e “O Património não é só Pedra”, ambas com base em documentação recuperada dos AHN;
- Apoio à captação de fundos e elaboração de projetos internacionais de salvaguarda documental e cooperação institucional – destacando-se um recente projeto apoiado pela União Europeia no âmbito do

qual importantes obras estruturais foram concretizadas, bem como possibilitou a aquisição de bastante equipamento; o projeto “History of Bolama, the first capital of Portuguese Guinea (1879-1941), as reflected in the Guinean National Historical Archives”, financiado pela British Library, em curso, e que permitirá tratar cerca de 300 metros lineares de documentação (mais de 1.000.000 de páginas) e a digitalização integral, nesta fase, de cerca de 50.000 páginas. Refira-se que a curto prazo estará disponível online o importante fundo da Secretaria dos Negócios Indígenas, parte integrante desta coleção;

- Apoio ao desenvolvimento e implantação de outros projetos de apoio à recuperação de documentação existente em diferentes departamentos do Estado (em estudo neste momento, os arquivos sonoros da Radiodifusão Nacional, bem como outros núcleos documentais em perigo).

Se pensarmos nas sucessivas convulsões em que a Guiné-Bissau esteve envolvida durante este período, bem como, situação que se tem vindo a agravar e à qual não estamos imunes, na crise europeia/portuguesa e os seus reflexos no financiamento das áreas culturais e de cooperação, estamos em crer que estamos perante um *corpus* significativo de ações. Mas naturalmente existe o reverso da medalha.

Desde já, problemas relativos à formação do pessoal dos AHN. Foi referido anteriormente a “instalação de uma unidade de digitalização local”. Ou seja, aquilo que os AHN possuem atualmente é uma equipa perfeitamente treinada e capaz de efetuar tarefas de limpeza, separação, acondicionamento, organização e digitalização documental. Não possuem, no nosso entender, e apesar de todos os esforços encetados nesse sentido, uma unidade madura o suficiente para proceder à correta classificação e descrição dos documentos, tarefa que, grosso modo, tem sido efetuada pelos nossos técnicos em Lisboa.

Num exercício de autocrítica, podemos talvez apontar algumas falhas à nossa metodologia de formação, eminentemente prática e direcionada para a resolução de problemas concretos.

Elaborando, contudo, verificamos que, ao longo destes 5 anos, apenas uma pessoa da equipa inicial dos AHN permanece nos arquivos, e mesmo essa, com um período intermédio de afastamento. O diretor dos arquivos faleceu em 2009, não tendo ainda sido encontrado um substituto. O quadro de pessoal varia consoante os sucessivos projetos e assim, ao longo destes anos, formámos sucessivas vagas de técnicos que foram abandonando, e em alguns casos, mais tarde regressando, sem uma continuidade que permita solidificar conhecimentos e sedimentar procedimentos. Este é um fator sobre o qual pura e simplesmente não temos controlo e que se deve ao facto do próprio INEP (que recordamos, é uma instituição estatal) não possuir verbas próprias suficientes para garantir a estabilidade necessária do seu quadro de pessoal.

Outro aspeto da questão diz respeito à formação inicial do pessoal dos arquivos. Não existe um único arquivista (no sentido académico do termo) na Guiné-Bissau. E a formação superior neste país é, como creio que todos sabemos, bastante deficitária. Este é, aliás, se me permitem, um problema estrutural do país:

quadros com boa formação superior adquirida no estrangeiro, ou permanecem no estrangeiro, ou, voltando ao seu país, esperam, e com toda a legitimidade, um nível salarial que o INEP não tem condições de assegurar, mesmo com o acréscimo salarial associado aos projetos.

Somando estes dois aspetos, aquilo com que nos temos defrontado é, por um lado, com pessoal pouco capacitado para as suas funções, e por outro, pessoal com um melhor nível invariavelmente acaba por transitar para empregos mais lucrativos, designadamente em organizações internacionais (exemplificando um pouco o papel perverso que estas podem por vezes ter em países com estas características).

Além das questões com o pessoal, outra problemática prende-se com a lógica de “projeto”. Qualquer pessoa que vá à Guiné-Bissau depara-se, de forma quase omnipresente, com a palavra “projeto”. Num painel junto a uma obra. Num jipe. Numa t-shirt vestida por uma qualquer criança. Num edifício. E, naturalmente, no próprio INEP.

O problema de muitos projetos é que, sendo pela sua própria natureza de duração finita, muitas vezes não contemplam o “depois”. E o “depois” muitas vezes é o “nada”: não se criaram estruturas, muitas vezes não existe monitorização e controlo de *outputs* (ou esta fica-se pelo papel), o pessoal formado no âmbito do projeto não consegue dar continuidade nem efetivar a sua formação e vê a sua carreira profissional resumida a saltar de projeto em projeto, e, em suma, não fica obra (ou esta degrada-se com os anos, porque o “projeto” não contemplou a continuidade das ações na sua ausência).

Outro aspeto relacionado com os “projetos” tem a ver com, num país com enormes dificuldades orçamentais, instituições com o INEP vêem-se obrigadas a recorrer constantemente a projetos sucessivos para assegurar verbas que lhes permitem pagar despesas normais de funcionamento. Dito por outras palavras, por exemplo “desvia-se” dinheiro que deveria ser aplicado no efetivo projeto para coisas tão essenciais como gásóleo para o gerador, que deveria ser uma despesa assegurada por verbas próprias da instituição. Uma das consequências disto é que o próprio projeto sofre. Outra, relacionada com o procura contínua de novos projetos para assegurar funções que deveriam ser normais, é a sobreposição temporal de projetos, de que resulta, por um lado, um sobredimensionamento do quadro temporário de pessoal (recorde-se, com pouca ou nenhuma experiência) e, por outro, a incapacidade para concretizar de forma eficaz quer cada um dos projetos em curso, quer aquelas que deveriam ser as funções normais da instituição.

O resultado combinado destes dois fatores (pessoal/formação e lógica de tempo curto) tem contribuído, a nosso ver, para a não efetivação da desejada autonomia total, a nível de capacidades, de uma instituição tão importante para a memória deste país.

Contudo, não temos uma visão pessimista. Quer a Fundação Mário Soares, quer o INEP, designadamente na pessoa do seu diretor, Doutor Mamadu Jao, têm mantido, ao longo destes anos, um diálogo franco e aberto

relativamente a todas estas questões. Que não são, naturalmente, de resolução fácil. E apesar das dificuldades, não temos dúvidas nenhuma que a nossa cooperação com o INEP se mantém e manterá sólida por muitos anos.